

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moínhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
Mariópolis - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 13 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

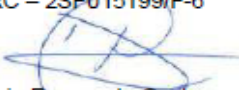
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	43.013	45.446
Carteira de Crédito *	281.814	275.778
Depósitos	358.543	285.105
Patrimônio Líquido	100.685	83.803
Capital	41.983	37.579
Resultado Antes das Destinações	12.663	13.190
Rentabilidade do PL	12,58%	15,74%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

ATIVO	31/12/2015		PASSIVO	31/12/2015	
	31/12/2016	(Reapresentado)		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	418.548	343.295	CIRCULANTE	178.977	142.748
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.456	4.978	DEPÓSITOS (NOTA 11)	59.459	62.262
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	182.490	162.251	Depósitos à Vista	45.400	47.094
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	13	4	Depósitos Interfinanceiros	1.071	626
Depósitos no Banco Central	630	-	Depósitos a Prazo	12.988	14.542
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	-	10	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	90.205	57.432
Correspondentes no país	140	272	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	538
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	181.707	161.965	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	90.202	56.894
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	212.987	161.918	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	399	330
Operações de Crédito	222.583	170.297	Recursos em Trânsito de Terceiros	399	330
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.596)	(8.379)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	4.109	4.890
OUTROS CRÉDITOS	13.726	11.542	Empréstimos País - Outras Instituições	4.109	4.890
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.805	17.834
Rendas a Receber	743	1.087	Cobrança e Arrecadação de Tributos	35	31
Diversos (NOTA 07)	13.107	10.583	Socios e Estatutárias	1.729	1.460
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(124)	(128)	Fiscais e Previdenciárias	670	587
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	2.889	2.606	Diversas (NOTA 14)	22.371	15.756
Outros Valores e Bens	3.121	2.608			
(Provisão para desvalorização)	(232)	(44)			
Despesas Antecipadas	-	42			
NÃO CIRCULANTE	82.782	69.909	NÃO CIRCULANTE	238.550	199.262
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	63.735	52.552	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	238.550	199.262
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	943	827	DEPÓSITOS (NOTA 11)	225.646	188.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	943	827	Depósitos a Prazo	225.646	188.633
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	62.791	51.507	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	12.904	10.629
Operações de Crédito	67.022	54.590	Repasse Interfinanceiros	12.904	10.629
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.231)	(3.083)			
OUTROS CRÉDITOS	1	218			
Diversos (NOTA 07)	147	218			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(146)	-			
PERMANENTE	19.047	17.357	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.803	71.194
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	10.262	10.262	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	37.579	33.510
Outros Investimentos	10.262	10.262	De Domiciliados no País	37.887	33.926
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	4.877	3.712	(Capital a Realizar)	(308)	(416)
Outras imobilizações de uso	5.417	7.567	RESERVAS DE SOBRAS	44.123	36.414
(depreciação acumulada)	(4.540)	(3.855)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.101	1.270
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.908	3.383	Sobras acumuladas do exercício	2.101	1.598
Outros Ativos Intangíveis	6.788	5.653	Ajuste de exercícios anteriores	-	(328)
(Amortização acumulada)	(2.880)	(2.270)			
TOTAL DO ATIVO	501.330	413.204	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	501.330	413.204

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	37.434	-	37.434	69.214	1	69.215	62.273	4	62.277
Operações de Crédito	37.343	-	37.343	69.058	1	69.059	62.234	4	62.238
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	89	-	89	144	-	144	27	-	27
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	12	-	12	12	-	12
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(25.185)	(221)	(25.406)	(47.863)	(338)	(48.201)	(37.771)	(255)	(38.026)
Operações de Captação no Mercado	(15.659)	(17)	(15.676)	(29.988)	(27)	(30.015)	(21.781)	(24)	(21.805)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.400)	(204)	(3.604)	(6.044)	(311)	(6.355)	(3.993)	(231)	(4.224)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.126)	-	(6.126)	(11.831)	-	(11.831)	(11.997)	-	(11.997)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.249	(221)	12.028	21.351	(337)	21.014	24.502	(251)	24.251
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.498)	1.485	(4.013)	(10.240)	2.650	(7.590)	(16.008)	2.824	(13.184)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.861	2.998	4.859	3.577	5.430	9.007	4.147	4.227	8.374
Rendas de Tarifas Bancárias	2.876	-	2.876	5.758	1	5.759	4.113	3	4.116
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.689)	(641)	(11.330)	(20.918)	(1.050)	(21.968)	(17.297)	(930)	(18.227)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(7.315)	(725)	(8.040)	(14.662)	(1.328)	(15.990)	(13.752)	(1.477)	(15.229)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(23)	(142)	(165)	(79)	(256)	(335)	(54)	(197)	(251)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	14.063	254	14.317	27.508	284	27.792	19.974	1.779	21.753
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(6.271)	(259)	(6.530)	(11.424)	(431)	(11.855)	(13.139)	(581)	(13.720)
RESULTADO OPERACIONAL	6.751	1.264	8.015	11.111	2.313	13.424	8.494	2.573	11.067
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(191)	9	(182)	(240)	6	(234)	(24)	(1)	(25)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.560	1.273	7.833	10.871	2.319	13.190	8.470	2.572	11.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	419	419	-	-	-	-	(3)	(3)
Provisão para Imposto de Renda	-	243	243	-	-	-	-	(2)	(2)
Provisão para Contribuição Social	-	176	176	-	-	-	-	(1)	(1)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.560	1.692	8.252	10.871	2.319	13.190	8.470	2.569	11.039
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.319	(2.319)	-	2.569	(2.569)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.560	1.692	8.252	13.190	-	13.190	11.039	-	11.039
DESTINAÇÕES	-	-	-	(11.089)	-	(11.089)	(9.441)	-	(9.441)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.632)	-	(2.632)	(2.418)	-	(2.418)
Fates - Estatutário	-	-	-	(420)	-	(420)	(320)	-	(320)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.881)	-	(5.881)	(4.474)	-	(4.474)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.078)	-	(1.078)	(2.229)	-	(2.229)
Reserva de Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.078)	-	(1.078)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.101	-	2.101	1.598	-	1.598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP

CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	28.154	29.711	-	2.171	60.036
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(328)	(328)
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.156	-	-	(2.156)	-
Outras destinações	-	-	-	(15)	(15)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.272	-	-	-	2.272
Baixas de capital	(1.438)	-	-	-	(1.438)
Resultado do período	-	-	-	11.039	11.039
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(320)	(320)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.474	-	(4.474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.366	-	-	(2.418)	(52)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.229	-	(2.229)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	33.510	36.414	-	1.270	71.194
Mutações do Período	5.356	6.703	-	(901)	11.158
Saldos no início do período em 01/01/2016	33.510	36.414	-	1.270	71.194
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.574	-	-	(1.574)	-
Outras destinações	-	-	-	(24)	(24)
Reversões de reservas	-	(328)	-	328	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.265	-	-	-	2.265
Baixas de capital	(2.367)	-	-	-	(2.367)
Resultado do período	-	-	-	13.190	13.190
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(420)	(420)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.881	-	(5.881)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.597	-	-	(2.632)	(35)
Reserva Legal/Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	1.078	1.078	(2.156)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	37.579	43.045	1.078	2.101	83.803
Mutações do Período	4.069	6.631	1.078	831	12.609
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	35.187	36.086	-	4.938	76.211
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.216	-	-	-	1.216
Baixas de capital	(1.421)	-	-	-	(1.421)
Resultado do período	-	-	-	8.252	8.252
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(420)	(420)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.881	-	(5.881)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.597	-	-	(2.632)	(35)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.078	1.078	(2.156)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	37.579	43.045	1.078	2.101	83.803
Mutações do Período	2.392	6.959	1.078	(2.837)	7.592

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.913	18.227	12.386
Resultado do semestre/exercício	8.252	13.190	11.039
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.661	5.037	1.347
Provisão para operações de crédito	1.199	2.365	367
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	185	188	4
Provisão para desvalorização de outros créditos	42	142	24
Depreciação do imobilizado de uso	581	1.059	924
Amortização do intangível	332	611	523
Baixas do ativo permanente	608	613	59
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	339	339	(33)
Destinações ao FATES	(420)	(420)	(320)
Dividendos SicrediPar	(205)	140	(201)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(26.374)	7.125	38.288
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(60)	(116)	(827)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.465	(9)	(2.117)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(245)	(620)	3
Redução em relações com correspondentes	37	132	112
(Aumento) em operações de crédito	(55.550)	(64.718)	(5.043)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	42.920	35.049	(1.504)
(Aumento) em outros créditos	(2.211)	(2.251)	(2.683)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	447	(471)	(1.248)
Aumento (Redução) em depósitos	(26.256)	34.210	48.640
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(16)	69	59
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	228	(781)	171
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(320)	(434)
Aumento em outras obrigações	9.867	6.951	3.159
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(15.461)	25.352	50.674
Aquisição de Investimentos	-	-	(281)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.138)	(2.836)	(1.662)
Aplicações no Intangível	(213)	(1.135)	(1.628)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(2.351)	(3.971)	(3.571)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(328)
Integralização de capital	1.216	2.265	2.272
Baixa de capital	(1.421)	(2.367)	(1.438)
Juros ao capital próprio	(35)	(35)	(52)
Distribuição de Sobras	-	(24)	(15)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(240)	(161)	439
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(18.052)	21.220	47.542
Caixa e equivalente de caixa no início do período	206.215	166.943	119.401
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	188.163	188.163	166.943

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	343.375	(80)	343.295
OUTROS CRÉDITOS	11.622	(80)	11.542
Diversos	10.663	(80)	10.583
Ativo Não circulante	69.829	80	69.909
OUTROS CRÉDITOS	138	80	218
Diversos	138	80	218
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.184)	-	(13.184)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.520	(146)	8.374
Rendas de Tarifas Bancárias	3.970	146	4.116
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	39.115	(827)	38.288
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	51.501	(827)	50.674
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.398)	827	(3.571)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	6.456	4.978
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	181.707	161.965
Total	188.163	166.943

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	943	827
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	943	827
Total realizável a longo prazo	943	827

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	117.627	41.678	159.305	134.393
Financiamentos	11.952	11.878	23.830	21.671
Financiamentos rurais e agroindustriais	93.004	13.466	106.470	68.823
Carteira total	222.583	67.022	289.605	224.887

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores por compra de valores e bens	37	146	183	182
Títulos e créditos a receber (i)	8.771	1	8.772	6.677
Total	8.808	147	8.955	6.859

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	223.195	172.938	1.116	865
Nível B	1,00	28.870	24.609	289	246
Nível C	3,00	17.004	8.792	510	264
Nível D	10,00	13.225	12.581	1.323	1.258
Nível E	30,00	3.792	3.397	1.136	1.019
Nível F	50,00	4.451	2.424	2.226	1.212
Nível G	70,00	1.755	1.091	1.229	764
Nível H	100,00	6.268	5.914	6.268	5.914
Total (i)		298.560	231.746	14.097	11.542

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0,00 (2015 - R\$ 48).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.367	26.839	33.826	27.771	92.803	83.725
Rural	438	15.709	76.857	13.466	106.470	68.823
Industrial	201	5.074	5.256	1.754	12.285	10.100
Comércio	966	16.820	17.216	15.100	50.102	38.668
Outros Serviços	812	13.011	13.999	9.078	36.900	30.430
Total	6.784	77.453	147.154	67.169	298.560	231.746

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	30.871	10,34	18.331	7,91
50 devedores seguintes	55.583	18,62	35.555	15,34
100 devedores seguintes	47.864	16,03	35.308	15,24
Demais	164.242	55,01	142.552	61,51
Total	298.560	100	231.746	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	11.590	11.199
Constituição de provisão	11.831	11.997
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.324)	(11.606)
Saldo final	14.097	11.590

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.819 (2015 - R\$ 6.359), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.843 (2015 - R\$ 10.597).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	124	123
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.954	1.583
Devedores por compra de valores e bens	37	44
Devedores por depósitos em garantia	605	314
Impostos e contribuições a compensar	355	318
Títulos e créditos a receber	8.771	6.677
Valores honrados	135	78
Cotas de consórcio	114	57
Operações com cartões	52	62
Pendências a regularizar	10	1.147
Outros	950	180
Total Circulante	13.107	10.583

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	80
Devedores por compra de valores e bens	146	138
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	147	218

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	3.121	2.608
Imóveis	1.969	1.549
Veículos e afins	24	254
Bens em regime especial	1.128	805
Despesas antecipadas	-	42
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(232)	(44)
Total Circulante	2.889	2.606

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 232 (2015 - R\$ 44) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.765	5.765
Sicredi Participações S.A.	4.496	4.496
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.262	10.262

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.456.392 ON	1.456.392 ON	1	1	5.764.194	5.764.194
	3.040.031 PN	3.040.031 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,52%	0,56%	0,63%	0,72%	3,63%	3,73%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	4.496	4.496	1	1	5.765	5.765

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.417	(4.540)	4.877	3.712
Instalações	10%	2.077	(689)	1.388	636
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.899	(1.263)	1.636	1.336
Sistema de comunicação	10%	160	(47)	113	64
Sistema de processamento de dados	20%	3.343	(2.090)	1.253	1.300
Sistema de segurança	10%	437	(251)	186	202
Sistema de transporte	20%	501	(200)	301	174
Intangível (i)	5% a 15%	6.788	(2.880)	3.908	3.383
Investimentos Confederação		6.618	(2.710)	3.908	3.352
Outros ativos intangíveis		170	(170)	-	32
Total		16.205	(7.420)	8.785	7.095

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	45.400	-	-	45.400	47.094
Depósitos Interfinanceiros	1.071	-	-	1.071	626
Depósitos a prazo	5.294	7.694	225.646	238.634	203.175
Total	51.765	7.694	225.646	285.105	250.895

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	90.202	56.894
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	90.202	56.894
Total circulante	90.202	56.894
Recursos do Crédito Rural	12.904	10.629
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.904	10.629
Total exigível a longo prazo	12.904	10.629

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 25/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.109	4.890
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.109	4.890
Total circulante	4.109	4.890

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	6.412	3.453
Obrigações por convênios oficiais	10	8
Provisão para pagamentos a efetuar	4.960	3.537
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	599	260
Provisão para coobrigações (i)	544	361
Pendências a regularizar	23	298
Operações com cartões	8.168	6.098
Demais fornecedores	531	506
Credores diversos	1.124	1.235
Total circulante	22.371	15.756

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	241	361	(30)	572
Cível	19	8	-	27
Total	260	369	(30)	599

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	572	241
Cível	Provável	27	19
Total		599	260

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 330; R\$ 4.986 e R\$ 0,00 (2015 - R\$ 695, R\$ 5.253 e R\$ 167), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	37.579	33.510
Total de associados	45.446	42.856

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.069 (2015 – R\$ 5.356), sendo R\$ 4.171 (2015 – R\$ 4.522) via integralização de resultados e R\$ 2.265 (2015 – R\$ 2.272), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.367 (2015 – R\$ 1.438).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,6% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.632 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES. A Cooperativa também destinou o valor de R\$ 1.078 para Fundo de Expansão, o valor refere-se a 50% do montante dos valores recuperados de prejuízo de anos anteriores.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.190	11.039
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.540)	(4.636)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	6	44
Provisão de PPR	42	(13)
Receita com atos cooperativos	4.566	3.388
Juros sobre o capital próprio	1.105	967
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	213
Outros	(179)	34
Subtotal	5.540	4.633
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(3)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	943	827
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	181.707	161.965
Outros Créditos - Rendas a receber	410	577
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.370	1.720
Investimentos (Nota 09)	10.262	10.262
Intangível (Nota 10)	3.908	3.352
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	1.071	626
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	103.106	67.523
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.109	4.890
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.964	6.242
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	144	27
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	2.163	63
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	25.885	18.641
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	98	26
Operações de Empréstimos e Repasses	6.356	4.224
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	895	712
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	7.326	6.708

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	492	1,08%	186
Depósitos a prazo	4.491	1,88%	3.801
Operações de crédito	2.650	0,92%	2.165

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.485	1.944

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	819	802
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	25.123	17.624
Reversão de provisões operacionais	1.250	1.075
Outras rendas operacionais	600	2.252
Total	27.792	21.753

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.463	1.085
Contribuição O.C.E.	175	156
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	988	823
Contribuição Confederação Sicredi	4.809	4.643
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	761	703
Encargos da administração financeira	138	118
Repasse Administradora de Cartões	617	406
Outras provisões operacionais	1.217	552
Outras despesas operacionais	1.687	5.234
Total	11.855	13.720

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 15.990 (2015 - R\$15.229), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, aluguéis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	33.036	28.057
Total	33.036	28.057

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	66.027	56.141
Capital principal - CP	66.027	56.141
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	34.127	27.801
Lucros acumulados	1.819	1.918
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	902	431
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	1.416	1.772
Ativo classificado como dívida subordinada	1.416	1.772
Total do capital qualificado	67.443	57.913
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	25.834	21.144
Índice sobre o PR considerando a RBAN	27,41%	28,76%
Situação para o limite de imobilização	6,087	4,344
Índice de imobilização (limite 50%)	9,03%	7,50%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Fabio Vedelago Burille
Diretor Executivo
CPF: 030.980.049-83

Alcimar Gerhard
Diretor de Operações/Contador
CPF: 895.006.449-91
CRC: PR-045287/O-6